

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA (COM EDUARDA ESPOSITO)
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Mal menor

Episódios como esses mostram que a formação e o treinamento de policiais estão no centro de debate sobre segurança pública. Comandantes das polícias e alvo permanente de críticas no combate à criminalidade, os governadores consideram esses casos como "desvios de conduta" e não pretendem abrir mão de definir a linha de atuação das forças policiais.

Medo da polícia

O decreto do governo federal busca disciplinar a ação de policiais em situações que não oferecem risco aos agentes de segurança. É uma iniciativa necessária, levando em conta o sentimento da população sobre o trabalho policial. Segundo pesquisa recente do Datafolha, 51% dos brasileiros têm mais medo da polícia do que confiança.

Caldo de violência

Esse percentual chega a 54% na região Sudeste — onde a atuação das polícias no Rio de Janeiro e em São Paulo são alvo de muita controvérsia — e 53% no Nordeste. Esta última concentra sete das 10 cidades mais violentas do Brasil. Seis localizam-se na Bahia: Camaçari, Jequié, Simões Filho, Feira de Santana, Juazeiro e Eunápolis.

Coisas diferentes

Na briga entre o governo federal e os estados, existem dois debates sobre a conduta dos policiais. O primeiro diz respeito ao trabalho policial com cidadãos sem atitude suspeita. O segundo refere-se ao policial no enfrentamento do crime organizado — ação que exige muito investimento em formação, inteligência, coordenação entre as forças policiais e aquisição de equipamento.

Governo Lula põe a mão no vespeiro da segurança pública

O governo federal mexeu em um vespeiro ao disciplinar a conduta de policiais em operações contra o crime. Ao determinar que o agente da lei atire somente em último caso, o Ministério da Justiça intervém em um problema crônico na realidade brasileira: o estado de guerra permanente entre as autoridades de segurança e a criminalidade.

Trata-se de um problema multifacetado. Impor limites à atuação dos policiais vem como medida para conter situações recorrentes. São praticamente diários os episódios de agentes da lei, em serviço ou de folga, que abusam do poder de polícia para

cometer barbaridades. O caso de Juliana Rangel, jovem de 26 anos em estado gravíssimo após ser alvejada por homens da Polícia Rodoviária Federal, no Rio de Janeiro, é o mais recente de uma longa lista de delitos.

O problema não é apenas na PRF, subordinada ao Ministério da Justiça. A questão é crítica nas corporações estaduais. Ainda são recentes dois casos rumorosos ocorridos em São Paulo: o policial que jogou da ponte um homem sem possibilidade de reação e, outro, de folga, que executou com 11 tiros um rapaz que havia furtado barras de sabão em um mercado.



Inimigo desafiador

Mais de 70 facções criminosas atuam no país, segundo o Fórum de Segurança Pública. Está claro que os estados enfrentam dificuldades para deter o inimigo. Combater o poder faccional é um dos maiores desafios para o governo federal, seja de esquerda, seja de direita. O Brasil tem muito a avançar nesse campo, dada a extensão das atividades mantidas pelo crime organizado, muitas delas escondidas sob um falso manto de legalidade.

STF respalda MP

O Supremo Tribunal Federal respaldou o entendimento do ministro Edson Fachin e reconheceu a legitimidade do Ministério Público para conduzir investigações criminais. Fachin é o relator do julgamento de duas Ações Diretas de Constitucionalidade (ADI), de autoria da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), referentes ao Ministério Público de Minas Gerais e do Paraná.

Está na lei

Nas ações, a Adepol alertou para o risco de um regime paralelo de investigação, de modo a prejudicar o trabalho policial. O ministro Fachin, contudo, ressaltou que o poder investigatório do Ministério Público está assegurado pela Constituição.

Na linha

Em maio, o STF estabeleceu as condições para o Ministério Público realizar investigações por conta própria. Entre outras exigências, é preciso comunicar o Poder Judiciário sobre o início e o término dos trabalhos conduzidos por promotores e procuradores.

PODERES

Capital em clima de debandada

Uma tradição deste período do ano em Brasília é a ausência de autoridades por causa das festas de fim de ano e das férias de verão

» JULIANA SOUSA*

Durante o período de festas que abrange o Natal e a virada de ano, diversas personalidades centrais do cenário político nacional — deputados, senadores, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e membros do governo federal — estarão longe de suas atribuições formais. A Esplanada dos Ministérios, que tradicionalmente se torna um cenário deserto nesta época, verá 13 ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) emendarem o descanso dos feriados com férias prolongadas, devidamente autorizadas e remuneradas.

Brasília, que habitualmente tem um ritmo frenético com atividades nos Três Poderes, apresenta uma drástica desaceleração entre o fim de dezembro e o mês de janeiro. As sedes do Executivo, Legislativo e Judiciário cessam suas operações regulares, e a capital federal só retomará seu ritmo habitual com a volta dos trabalhos legislativos, no começo de fevereiro, quando o novo ciclo político do ano começa oficialmente.

No Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é uma das exceções. Ele permanecerá em Brasília ao longo das próximas semanas. Essa decisão foi tomada após o presidente receber alta das recentes cirurgias as quais se submeteu em São Paulo para tratar hemorragias cerebrais.

No caso da Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a previsão é que os trabalhos legislativos sejam retomados em 1º de fevereiro, data marcada para a eleição do presidente e demais membros das respectivas mesas diretoras.

Lula fica na cidade, entre tartarugas e jabutis

Reprodução/Rede Sociais



Nas redes sociais da primeira-dama, Janja da Silva, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apareceu, ontem, em um gramado, cuidando de tartarugas e jabutis que vivem na Granja do Torto. Lula disse que foram feitas algumas melhorias no local, pois, quando retornou à Presidência, os animais estavam "um pouco abandonados". Segundo Janja, havia jabutis machucados e com casco quebrado. Os animais ficaram abrigados no zoológico de Brasília enquanto as obras eram feitas. "Isso aqui não é de um presidente da República, isso aqui é uma coisa que deve servir a todos os presidentes da República, ao Estado brasileiro, porque isso aqui não é propriedade particular de ninguém, é propriedade pública que o governante tem que ter responsabilidade de tomar conta e cuidar com muito carinho e amor", celebrou o presidente. Lula passou o Natal com Janja e as três cachorrinhas no Alvorada e passou pelo Torto. Por orientação médica, ele permanecerá na cidade pelas próximas semanas.

Plantão do STF

No âmbito do Judiciário, o Supremo Tribunal Federal segue um calendário próprio, com recesso previsto entre os dias 20 de dezembro e 6 de fevereiro. Durante esse intervalo, as atividades regulares da Corte ficam

suspensas, e os prazos processuais são interrompidos. No entanto, um esquema de plantão é mantido para lidar com questões de caráter urgente que demandem uma análise rápida, devido a riscos iminentes aos direitos fundamentais. Essas situações poderão ser avaliadas no

plenário virtual da Corte.

Um exemplo da atuação do STF em pleno recesso se deu em janeiro de 2023, após os atos golpistas que resultaram na depredação das sedes dos Três Poderes. Na ocasião, apesar do recesso, o ministro Alexandre de Moraes tomou decisões emergenciais que

foram posteriormente referendadas pelo restante dos magistrados no ambiente virtual.

Alguns ministros do Supremo continuarão exercendo atividades específicas. Alexandre de Moraes, André Mendonça, Dias Toffoli e Gilmar Mendes deverão manter suas agendas

parcialmente ativas, enquanto Cristiano Zanin e Flávio Dino estarão focados, exclusivamente, em processos pontuais. O plantão será conduzido de forma alternada entre o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, e o vice-presidente, Edson Fachin.

Nos ministérios, todos os chefes das pastas terão recesso para celebrar as festas de fim de ano, mas 13 ministros vão emendar o recesso com férias. As folgas também abrangem o descanso de servidores públicos, funcionários temporários e estagiários vinculados ao Executivo.

Segundo o *Diário Oficial da União*, os ministros André de Paula (Pesca e Aquicultura), Marina Silva (Meio Ambiente), Mauro Vieira (Relações Internacionais), Nísia Trindade (Saúde), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário) e Sônia Guajajara (Povos Indígenas) vão entrar de férias antes do Natal, com o retorno para a Esplanada após o ano-novo.

Os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Fernando Haddad (Fazenda), Jader Filho (Cidades), Sílvia Costa Filho (Portos e Aeroportos), Simone Tebet (Planejamento) e Vinícius Carvalho (Controladoria-Geral da União) têm planos para emendar o recesso com as férias, logo após as comemorações de Réveillon.

Entre os integrantes da Esplanada, o ministro Carlos Lupi, responsável pela Previdência Social, será aquele que ficará afastado por mais tempo. Sua programação de férias prevê um intervalo de ausência que vai de 20 de dezembro deste ano até 20 de janeiro de 2025, totalizando um mês inteiro fora de suas funções ministeriais.

*Estagiária sob a supervisão de Vinícius Doria